



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa



AO EXPEDIENTE DO DIA

29 de 07 de 19 96
Em 25 de 07 de 19 96
[Signature]
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 506/96

Reconhece de Utilidade Pública
a Associação Comunitária
Urbana Ordem Franciscana
Secular - Creche "São
Francisco", no município de
Sousa, e dá outras
providências.

art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Urbana Ordem Franciscana Secular - Creche "São Francisco" -Bairro Centro, com sede e foro na cidade e município de Sousa.

art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Objetiva o reconhecimento público a nível estadual, assegurando a mesma, a possibilidade de conveniamento com órgãos, entidades e governos.

João Pessoa, 23 de julho de 1996

[Signature]
JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA
Deputado Estadual

Assessoria ao Plenário
Consteu no Expediente

Em 29 de 07 de 19 96
[Signature]
Diretor da - ss. ao Plenário

2

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DA DELEGACIA DE SOUSA = PARAIBA.



EM FACE DAS INFORMAÇÕES

ATESTO AFIRMATIVAMENTE

29/04/1996

Bel. Vicente Honório Filho
Delegado de Polícia Civil
MAT. 69.977-2



ATESTADO DE PLENO FUNCIONAMENTO

ORDEM FRANCISCANA SECULAR - CRECHE " SÃO FRANCISCO"

XX

, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede nesta cidade de Sousa-PB, no Bairro SOUSA = PARAIBA através de seu representante legal, o Presidente abaixo subscrito, vem muito respeitosamente, REQUERER de V.Sa., que se digne em ATESTAR que a referida entidade encontra-se em pleno funcionamento nesta cidade, atendendo as suas finalidades estatutárias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Sousa-PB 29/04/96

Maria Genivalves Estrela
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS

1. Capitão Duarte Sant'Anna
End. Basilio Silva - 09 - Sousa - PB
2. Madre Maria (Pia) de Carvalho Lima e Silva
End. R. Cel. Augusto Mendes, 38 - Sousa - PB
3. Sebastião Fernandes Botelho
End. R. São Paulo - 78 - Centro, Sousa - PB

3

ATESTADO



Atesto, para os devidos fins, que o (a) ORDEM FRANCISCANA

SECULAR

....., com sede em

(nome da entidade)

NA R. MAJOR LINDOLFO PIRES, 15 - SOUSA-PARAÍBA

(rua, número, bairro, cidade, Estado)

CGC-MF nº 08 842 072/0001-98, está em pleno funcionamento e cumprindo as suas finalidades estatutárias há mais de dois anos, sendo a sua diretoria em exercício com mandato de 1990 a 1992 e constituída dos seguintes membros:

Helena Pereira de Figueiredo....., Presidente

Maria de Lourdes Casimiro....., Secretário

Maria Gonçalves Estrela....., Tesoureiro

....., etc.

Atesto, outrossim, que a referida entidade não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma, destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento gratuito de suas finalidades.

Sousa-PB, 25 de OUTUBRO de 1990

Observação: assinado por Juiz de Direito, Promotor Público ou Prefeito Municipal, em papel timbrado.

4

Ata de Instalação da Creche São Francisco,
criada pela Ordem Franciscana Secular,
na cidade de Sousa e aprovação dos Estatutos



Aos nove (9) dias do mês de julho do ano de 1985 (um mil novecentos e oitenta e cinco) às 10,00 horas, na casa Franciscana, à rua Bernardo Sires, nº 14, em Sousa - PB, houve uma reunião da Ordem Franciscana Secular, em Assembleia presidida pela senhora Valdeci Sarmento de Sá, ministra da ordem e assessorada pelo reverendíssimo Frei Aquino Torres, da Ordem Franciscana dos Frades Menores, para instalar, oficialmente, nesta cidade, uma Creche a qual terá o nome de Creche São Francisco e aprovar os presentes estatutos. Deitas as devidas considerações pelo Assessor da Assembleia Frei Aquino e pela Ministra Valdeci Sarmento de Sá, a Secretária da Ordem passou a ler a proposta dos estatutos os quais depois de acurada reflexão, foram aprovadas pela Assembleia. Passou a transcrever os Estatutos devidamente aprovados.

Capítulo I
Da Constituição

Art. 1º - A Creche São Francisco, criada e mantida sob a responsabilidade da Ordem Franciscana Secular, da cidade de Sousa - PB, é uma Sociedade Civil, de fins filantrópicos, criada com o fim

Invalidade Franciscana. Está situada no
Lindolfo Gires, nº 14, nesta cidade de São Paulo - P
Parágrafo Único - Nestes estatutos, o nome
do Ordem Franciscana vem sob a denomina-
ção de Fraternidade.



Capítulo II Do Objeto

Art. 2º - O objetivo da Fraternidade, desta
cidade ao criar a Creche São Francisco: I -
servir às famílias carentes, especialmente às
mães domésticas, que tendo que trabalhar
fora de casa, possam deixar os seus filhos
menores, de 2 a 6 anos aos cuidados da
Creche; II - Oferecer a estas crianças um
reforço alimentar que as ajude na sua saúde
corporal; III - Oferecer a estas crianças uma
orientação religiosa e social que favoreça
o desenvolvimento harmonioso de suas perso-
nalidades.

Capítulo III Das Fontes de Receita

Art. 3º - Para que possa atender ao seu
objetivo a Creche São Francisco contará com
recursos provenientes de: I - Contribuições de
irmãos; subvenções e auxílios; II - Doações e
legados; III - Resultado de aplicações finan-
ceiras; IV - Resultados provenientes de campanhas
e promoções; V - Outros pontos.

Art. 4º - A aplicação dos recursos financeiros
obedecerá aos critérios fixados no plano anual
de atividades, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

6



rotivo, levando-se em conta as seguintes prioridades; I - Assistência às crianças na Creche; II - Aquisição de alimentos para as crianças e de todo material necessário ao bom andamento da Creche; III - Consertos e reformas nas suas dependências e nos seus equipamentos.

Capítulo IV Dos Órgãos Diretivos.

Art. 5º - Constituem Órgãos diretivos da Creche São Francisco; I - A Diretoria Executiva; II - O Conselho Deliberativo; III - Os Sócios Honorários. IV - Assembleia Geral.

Art. 6º - A Diretoria Executiva será formada pelo: Presidente, Secretário e Tesoureiro.

1º - Todos os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos pelo Conselho Deliberativo, podendo ser por votação ou por aclamação. Serão escolhidos por dois anos nada impedindo que eles sejam também membros do Conselho Deliberativo.

2º - Após os dois anos, os membros da Diretoria podem ser reeleitos se assim convier a Ordem Franciscana.

Art. 7º - Cabe ao Presidente: I - Zelar para que os objetivos da Creche sejam bem atendidos; II - Estar o mais possível presente na Creche para uma melhor assistência às crianças; III - Responder pela Creche em tudo que se fizer necessário, inclusive representá-la em cerimônia-se junto aos Órgãos Públicos; IV - Glorificar

7
subsistência; V - Dirigir os serviços administrativos; VI - Promover campanhas junto à Comunidade a favor da Creche;
VII - Firmar convênios com os Órgãos Públicos ou Empresas; VIII - Movimentar, com o Tesoureiro, as contas bancárias em nome da Creche.

Art. 8º - Compete ao Secretário: I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos; II - Lavrar as atas de reuniões; III - Manter em dia o acervo da Secretaria e zelar para que este esteja sempre em boa ordem; IV - Colaborar na execução do plano de atividades; V - Preparar e enviar cartas e documentos; VI - Apurar frequência;

VII - Elaborar os relatórios anuais; VIII - Realizar, de acordo com o Presidente, todas as tarefas necessárias ao bom andamento da Creche, inclusive dar a sua presença assiduamente;

IX - Registrar, no livro competente, os sócios beneméritos.

Art. 9º - Ao Tesoureiro compete:

I - Efetuar os pagamentos previstos pela diretoria;

II - Registrar no livro competente o movimento de Receita e Despesa;

III - Assinar com o Presidente, as contas bancárias;

IV - Promover com o Presidente, campanhas em favor da Creche;

V - Fazer as cobranças das contribuições;

VI - Elaborar o balanço geral e o demonstrativo da receita e despesa, para, apre



mentar ao Conselho Deliberativo, duas vezes por ano, e aos sócios na Assembleia final do ano;

VII - Colaborar com os outros membros da Diretoria na elaboração e execução do Plano anual de atividades.

Art. 10º - O Conselho Deliberativo é formado pelo próprio Conselho da Fraternidade Franciscana e tem como objetivo assessorar a Creche e a sua Diretoria, zelando pelos objetivos para a qual foi criada.

1º - São direitos e deveres do Conselho

Executivo: I - Reunir-se de dois em dois anos, para a escolha da Direção Executiva, ouvindo antes do parecer da Assembleia Geral II - Interessar-se pela Creche, sendo presença de estímulo e ajudando no que for necessário;

III - Decidir com a Diretoria Executiva sobre o plano anual de atividades;

IV - Sanalizar e aprovar quando for o caso, os Convênios propostos pela Diretoria;

V - Escolher e convidar, com a Diretoria, os sócios beneméritos.

2º - Duas vezes por ano o Conselho Deliberativo se reunirá com a Diretoria da Creche para avaliação das atividades nos diversos setores e oferecer o reforço que se fizer necessário.

Art. 11º - Entende-se por Sócios Benemérito, toda pessoa da comunidade que não seja.

9
desse nome.

Parágrafo Único - São direitos e deveres dos
Sócios Beneméritos:

- I - Ajudar financeiramente à Creche e moral e espiritualmente;
- II - Considerar-se amigo da Creche e colaborar na relação dos seus benfeitores;
- III - Participar da Assembleia Geral ou Extraordinária, se convocado.

Art. 12º - A Assembleia Geral é a reunião de todos os irmãos da Fraternidade quando reunidos para pensar e decidir sobre a Creche.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral Ordinária será realizada no final de cada ano, tendo como objetivo a avaliação das atividades anuais da Creche e ouvir a opinião dos associados, podendo se reunir extraordinariamente se o Conselho Deliberativo ou a Diretoria achar necessário.

Capítulo V Do Patrimônio.

Art. 13º - O patrimônio da Creche será formado pelo imóvel situado à rua Lindolfo Olives, nº 15, que para ela foi adquirido e por todos os bens que ela possa vir a adquirir provenientes de doações ou outras fontes.

Art. 14º - Vindo a desaparecer a Creche São Francisco, o seu patrimônio será da Ordem Franciscana Secular, cabendo a

esta dar o justo destino.



Capítulo VI Das Disposições Gerais

Art: 15º - Em caso de renúncia ou vacância de algum membro da Diretoria, cabe ao Conselho Deliberativo decidir sobre a imediata substituição, em Assembleia Geral ou fora dela.

Art: 16º - Os casos omissos a estes Estatutos, cabe ao Conselho Deliberativo decidir com a Diretoria ouvindo a Assembleia Geral se se tratar de compra ou venda de imóveis ou coisa que afete o espírito do presente Estatuto.

Foz de Iguaçu, 28 de julho de 1988

Presidente: - Valdeci Sarmiento de Sá

Secretária: - Maria Helena Gonçalves Estre

Tesoureira: - Helena Pereira de Figueiredo

Obs. - A presente ata está registrada no livro nº dois (02) páginas 1 à 8 da Ordem Franciscana Secular e será devidamente publicada no jornal oficial do Município e registrado no Cartório desta cidade.

11

ASSEMBLEIA
Ordem do Dia
Ordem do Dia
Ordem do Dia

Ata da Assembleia da Direção da "Creche São Francisco" da Póvoa do Varzim (Póv.)

12.724.373/0001-94

Creche São Francisco
Rua Major Lindolfo Pires, 15
CEP 83.800-450
(Centre) SOUSA-PB

AUTENTICAÇÃO
Conferido com o original e
sentado dou só.
Sousa 29 de 09 de 1994.
Em testº da verdade
[Assinatura]

Às vinte e cinco horas, do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e quatro (1994), às 16.00 horas, na sala da Creche São Francisco, situada à Rua Major Lindolfo Pires - 15, na Póvoa do Varzim (Póv.), reuniu-se a Ordem Franciscana Secular (O.F.S.) para a realização da eleição para escolha da nova Direção da "Creche São Francisco", cuja vigência será de dois anos. Depois de ouvido os irmãos presentes, cujo número era de vinte e dois (22) franciscanos, grandes delegados por unanimidade a seguinte Direção: Maria Gonçalves Estêvão - Diretora; Antónia Antónia Lopes - vice - Diretora; Maria de Lourdes Casimiro - 1ª secretária; Maria do Benê Lopes - 2ª Secretária; Maria Elzina Matos de Carvalho - 1ª Tesoureira; Valdeci Sarmiento de Sá - 2ª Tesoureira. O vice-ministro Montenegro Vieira, tendo o livro "Espírito e Vida da O.F.S.", conclamou os irmãos presentes a cumprirem os seus deveres para com a nossa Região, dando assim uma maior assistência e amor a essas crianças, a quem se deve a nossa existência. A reunião prosseguiu com a apresentação da Moção aprovada no congresso Pai Seráfico e outros assuntos. Nota mais havendo a tratar, foi dada voz em escusa a reunião e, em Maria Elzina Matos, Secretária, registou e lavrou a presente Ata, a qual depois de lida e aprovada por todos os presentes, foi lida e assinada por todos os membros da O.F.S.

Maria Gonçalves Estêvão
Sousa 29 de 09 de 1994
Póvoa do Varzim, 25 de setembro de 1994
Maria Elzina Matos de Carvalho - Secretária

12

L.O.E.

12.11.93



ESTATUTO DA ENTIDADE - CRECHE SÃO FRANCISCO

Capítulo I - Art. 1º - A Creche São Francisco, também designada pelas siglas CSF, constituída em 01 de Julho de 1996, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no Município de Sousa, Estado da Paraíba e foro em Sousa. Art. 2º - A Creche São Francisco tem por finalidade atingir ou realizar ajuda as crianças carentes. Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a Creche São Francisco não fará qualquer discriminação. Art. 4º - A Creche São Francisco terá um regimento externo, que, aprovado pela Diretoria, disciplinará o seu funcionamento. Art. 5º - a fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, as quais se regerão pelo regimento externo aludido no art. 4º - DOS SÓCIOS - Art. 6º - A Creche São Francisco é constituída por membros limitados de sócios; Art. 7º - São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais: Votar e ser votado, tomar parte nas Assembleias Gerais e outras; Art. 16 - A Diretoria será constituída por 01 (um) Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros; Parágrafo Único - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos. Art. 18 - A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês. DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 10 - A Creche São Francisco será administrada por Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal; Art. 11 - A Assembleia Geral é órgão soberano da Instituição, constituída dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários; Art. 12 - Compete a Diretoria ou Assembleia Geral: I- Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; II - Decidir sobre a extinção da Entidade nos termos do art. 30; III- Decidir sobre a conveniência de alienar, transgír, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; IV- Decidir sobre a reforma do Estatuto; V- Aprovar o regimento externo; e VI- Outros que julgar necessários. Art. 13 - A Assembleia Geral realizará-se ordinariamente, uma vez por ano para: I- Apreciar relatório anual da Diretoria; II- Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal; e III- Outros que julgar necessários. Art. 14 - A Assembleia Geral realizará-se, extraordinariamente, quando convocada: I- Pela Diretoria, II- Pelo Conselho Fiscal e III- Por requerimento de 50% dos sócios quites com as obrigações sociais. Art. 15 - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, publicado na imprensa local, por circular ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 03 (três) dias. Parágrafo Único - Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número. Art. 16 - O Conselho Fiscal será constituído por nº de 03 (três) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. § 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria. § 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelos respectivos suplentes, até seu término. Art. 26 - Compete ao Conselho Fiscal: I- Examinar os livros de escrituração da Entidade; II- Examinar o balanço semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito; III- Apreciar os balanços e inventários que acompanha o relatório anual da Diretoria; IV- Opinar sobre a aquisição e alienação de bens; e V- Outros que julgar necessários. Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada nº de 06 em 06 meses e extraordinariamente, sempre que necessário. DO PATRIMÔNIO - Art. 28 - O Patrimônio da Creche São Francisco será constituído de bens móveis, imóveis, móveis, acessórios, ações de apólice a dívida pública. Art. 29 - No caso de dissolução, os bens remanescentes serão destinados a outras instituições. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 30 - A Creche São Francisco será dissolvida por decisão da Diretoria, extraordinariamente convocada para esse fim, quando se tornar impossível sua continuação. Art. 31 - O presente Estatuto poderá ser reformado, qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, na Assembleia Geral.

Sousa, Pb., em 03 de Novembro de 1993.



1.º Cartório - Reg. Geral de Imóveis - Reg. de Títulos e Documentos - Tabelionato
Praça Capitão Manoel Gadelha, 14 - Sousa-Pb. — Fone: 521-1211
Tabeliã — TEREZINHA DE LISIEUX GADELHA ABRANTES

Terezinha de "isieux Gadelha Abrantes, "ficial do Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1º Ofício, comarca de Sousa, Estado da Paraíba na forma da lei, etc.

C e r t i f i c a a requerimento verbal de pes-
soa interessada, que revendo o livro de Pessoas Jurídicas deste cartó
rio e a meu cargo, nele consta o registro da CRECHE SÃO FRANCISCO, //
nesta cidade de Sousa-PB, sob nº208, fls.122, datado de 15.12.1993. C
referido é verdade; Dou fé.x-

Sousa, 15 de dezembro de 1993.

L. A. Azeite
Oficial do Registro.

1º CARTÓRIO
TABELIÃO E GRUPO DE TRABALHO DE IMÓVEIS
 ESCRITÓRIO Nº 100 - 1º ANDAR - FONE 333.1111
Terezinha de Jesus - **Advogada**
 333.1111 - 333.1111
José Luciano Gadelma Gomes Filho
 Advogado -
Maria Aparecida - **Advogada**
 333.1111 - 333.1111

CASO NÃO SEJA ENCONTRADO O DESTINATÁRIO,
DEVOLVER AO ÓRGÃO LOCAL DO BRP

- ☐ MUDOU-SE
☐ RECUSADO
☐ DESTINATÁRIO
DESCONHECIDO
☐ NÃO EXISTE
O NÚMERO
☐ AUSENTE
☐ ENDEREÇO
INSUFICIENTE
☐ REINTEGRADO AO
SERVIÇO POSTAL
☐

DATA

VISTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
ESCOLAS, HOSPITAIS, ESTRADAS



H. 67827
F. 26439

CONTRATO
H. 67827
F. 26439



CRECHE SAO FRANCISCO

RUA MAJOR LINDOLFO PIRES 15

CENTRO

CEP: 58800-450, SOUSA

PB

003793

Senhor Contribuinte,

CRECHE SÃO FRANCISCO

Rua Lindolfo Pires, 15

SOUSA - PB

Estamos fazendo a entrega do Cartão CGC de seu estabelecimento.

Confira os dados do Cartão e, se houver divergência, procure o Órgão da Secretaria da Receita Federal que o jurisdiciona para as alterações necessárias.

Verifique o Carimbo Padronizado do CGC que está sendo utilizado por seu estabelecimento. Lembre-se que, para a Secretaria da Receita Federal, as informações que constam do carimbo identificam quem apresentou declarações e quem pagou o imposto.

Caso o Carimbo Padronizado não esteja PERFEITAMENTE LEGÍVEL ou apresente dados incorretos, substitua-o imediatamente para evitar que seu estabelecimento seja considerado omissor ou devedor.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

12.724.373/0001-94


Creche São Francisco

Rua Major Lindolfo Pires, 15

CEP 58.800-450

003793

(Centro) SOUSA - PB

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.724.373/0001-94	
CGC		ATIV. PRINCIPAL 61.11	VÁLIDO ATÉ 30/06/96
NATUREZA JURÍDICA 15 ASSOCIAÇÃO			
CPF DO RESPONSÁVEL 441945364-87		ÓRGÃO DA SRE 0430106 - SOUSA	
FORMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL CRECHE SÃO FRANCISCO			
NOME FANTASIA			
LOGRADOURO RUA MAJOR LINDOLFO PIRES		NÚMERO 15	SUPLEMENTO
CEP 58800-450	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SOUSA	UF PB
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC			
M940198			

AUTENTICAÇÃO

Conferido com o original apresentado

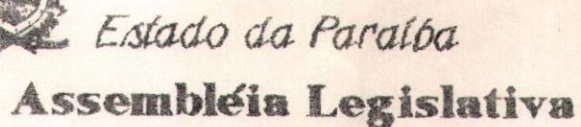
sentado dou fé.

Soa 08 de 08 de 1994

Em test. da verdade

Tabellão Público

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 506 Sob No 506/96
EM / / 19 96

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia ____ / ____ / ____
de 19 ____
em ____ de ____
O SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em _____ / _____ / _____

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Tarcisotina
Em, 20 / 07 / 1996
[Assinatura]
Presidente

16

**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 506/96

"Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária Urbana Ordem Franciscana Secular - Creche "São Francisco", no município de Sousa, e dá outras providências".

AUTOR: Dep. João Marques Estrela e Silva

RELATOR: Dep. Tarcizo Telino

PARECER

I - RELATÓRIO

Surge para análise técnica e parecer desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei nº 506/96, de autoria do eminente parlamentar, João Marques Estrela e Silva.

Em sua matéria legislativa originária, vem o senhor Deputado Reconhecer de Utilidade Pública a Associação Comunitária Urbana Ordem Franciscana Secular - Creche "São Francisco", no município de Sousa e dá outras providências.

Ao justificar sua iniciativa, o senhor Deputado alega pretender reconhecer a epigrafada Associação, devido sua finalidade social e assistencial para com a comunidade no exercício da cidadania.

Este é o relatório.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

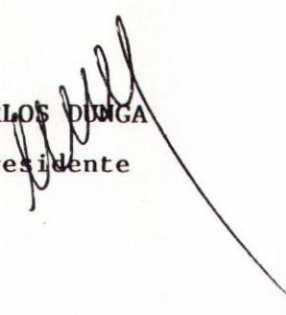
Ofício nº 1.497

João Pessoa, em 12 de setembro de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 506/96, de autoria do Deputado JOÃO ESTRELA, que Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Urbana Ordem Franciscana Secular - Creche "São Francisco", no município de Sousa, e dá outras providências.

Atenciosamente


CARLOS DUNGA
Presidente

Exmo. Sr.

JOSÉ TARGINO MARANHÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

NESTA



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 131/96

PROJETO DE LEI Nº 506/96

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária Urbana Ordem Franciscana Secular - Creche "São Francisco", no Município de Sousa, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Urbana Ordem Franciscana Secular - Creche "São Francisco", - Bairro Centro, com sede e foro na cidade e Município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa, em 12 de setembro de 1996..

CARLOS DUTRA
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 03 / 10 / 96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

LEI N.º 6.345 , DE 02 DE outubro DE 1996

**Reconhece de Utilidade Pública a
Associação Comunitária Urbana
Ordem Franciscana Secular - Creche
"São Francisco", no Município de
Sousa, e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Urbana Ordem Franciscana Secular - Creche "São Francisco", - Bairro Centro, com sede e foro na cidade e Município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA,
em João Pessoa, 02 de outubro de 1996; 107º da Proclamação da República.


JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR